

Legislação

Portaria n.º 329/75, de 28 de Maio

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1975/05/12300.PDF#page=3>)

Estabelece as regras de normalização das características dos produtos alimentares, bem como o controlo da qualidade e higiene que deve presidir todo o circuito, desde o fabrico, preparação e confeção, até ao consumo. Impede a varridela a seco dos pavimentos, a presença de animais vivos, e o seu abate, e especifica que todos os produtos não individualmente embalados só poderão ser manuseados por meio de pinças, colheres ou outros utensílios

Portaria n.º 149/88, de 9 de Março

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1988/03/05700.PDF#page=63>)

Estabelece as regras a que estão sujeitos aqueles que, pela sua actividade profissional, entram em contacto directo com os alimentos, normalmente designados por manipuladores de alimentos. Revoga o boletim de sanidade, por este poder conferir, ao possuidor, uma perigosa sensação de segurança, levando-o a desleixar-se no cumprimento das regras de higiene.

Decreto-Lei n.º 132/2000, de 13 de Julho

Define as regras aplicáveis ao exercício do controlo oficial dos géneros alimentícios.

Directiva [93/43/CEE](#) do Conselho, de 14 de Junho de 1993

Relativa à higiene dos géneros alimentícios

Decreto-Lei n.º 67/98, de 18 de Março

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1998/03/065A00.PDF#page=13>)

Estabelece as normas gerais de higiene a que devem estar sujeitos os géneros alimentícios, bem como as modalidades de verificação de cumprimento dessas normas. Transposição da Directiva 93/43/CEE, do Conselho, de 14 de Junho.

Decreto-Lei n.º 425/99, de 21 de Outubro

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1999/10/246A00.PDF#page=34>)

Altera o Decreto-Lei n.º 67/98, de 18 de Março.

Regulamento (CE) n.º [178/2002](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2002

Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios [Jornal Oficial L 31, de 01.02.2002].

Regulamento (CE) n.º [1642/2003](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Julho de 2003 [Jornal Oficial L 245 de 29.09.2003] Altera Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2002.

Regulamento (CE) n.º [852/2004](#), de 29 de Abril
Relativo à higiene dos géneros alimentícios

Regulamento (CE) n.º [853/2004](#), de 29 de Abril
Estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal

Portaria n.º 1135/95, de 15 de Setembro
(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1995/09/214B00.PDF#page=8>)
Estabelece as regras a observar na utilização das gorduras e óleos na preparação e fabrico de géneros alimentícios fritos. Revoga a Portaria n.º 154/95, de 21 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro
(<http://www.dre.pt/pdfgratis/2001/09/206A00.PDF#page=2>)
Regula a qualidade da água destinada ao consumo humano.

Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto
(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1998/08/176A00.PDF#page=2>)
Estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. Revoga o Decreto-Lei n.º 74/90, de 7 de Março

Decreto Regulamentar n.º 4/99, de 1 de Abril
(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1999/04/077B00.PDF#page=15>)
Altera o Decreto Regulamentar n.º 38/97, de 25 de Setembro, que regula os estabelecimentos de restauração e bebidas

Decreto-Lei n.º 57/2002, de 11 de Março
(<http://www.dre.pt/pdfgratis/2002/03/059A00.PDF#page=63>)
Altera o Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas

Decreto-Lei n.º 342/98, de 5 de Novembro
(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1998/11/256A00.PDF#page=46>)
Estabelece as condições sanitárias aplicáveis à produção e à colaboração no mercado de produtos à base de carne e de outros produtos de origem animal, destinados, após tratamento, ao consumo humano ou à preparação de outros géneros alimentícios e revoga o Decreto-Lei n.º 354/90, de 10 de Dezembro, e as Portarias n.ºs 1229/93, de 27 de Novembro, 59/75, de 25 de Janeiro, e 684/95, de 28 de Junho

Decreto-Lei n.º 158/97, de 24 de Junho
(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1997/06/143A00.PDF#page=6>)
Aprova as condições higiénicas e técnicas a observar na distribuição e venda de carnes e seus produtos. Revoga os regulamentos aprovados pelas alíneas a), b), d) e e) do Decreto-Lei n.º 261/84, de 31 de Julho

Decreto-Lei n.º 375/98, de 24 de Novembro

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1998/11/272A00.PDF#page=95>)

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 95/71/CE, do Conselho, de 22 de Dezembro, que fixa as normas sanitárias à produção e colocação no mercado dos produtos de pesca destinados ao consumo humano. Revoga os Decretos-Leis n.ºs 283/94, de 11 de Novembro, e 124/95, de 31 de Maio, e a Portaria n.º 553/95, de 8 de Junho

Decreto-Lei n.º 37/2004, de 26 de Fevereiro

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/2004/02/048A00.PDF#page=4>)

Estabelece condições de comercialização de produtos de pesca e aquicultura congelados, ultracongelados e descongelados destinados à alimentação humana

Decreto-Lei n.º 251/91, de 16 de Julho

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1991/07/161A00.PDF#page=13>)

Estabelece as normas aplicáveis à preparação, acondicionamento e rotulagem dos alimentos ultracongelados

Decreto-Lei n.º 560/99, de 18 de Dezembro

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1999/12/293A00.PDF#page=3>)

Estabelece as regras a que deve obedecer a rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios, sejam ou não pré-embalados, a partir do momento em que se encontram no estado em que vão ser fornecidos ao consumidor final, bem como as relativas à indicação do lote.

Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1984/01/01700.PDF#page=4>)

Altera o regime em vigor em matéria de infracções antieconómicas e contra a saúde pública

Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/2003/04/085A00.PDF#page=2>)

Estabelece as normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial

Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de Agosto

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1986/08/19000.PDF#page=9>)

Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritório e serviços

Portaria n.º 987/93, de 6 de Outubro

(<http://www.dre.pt/pdfgratis/1993/10/234B00.PDF#page=8>)

Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho